

BOLETIM 48

Brasília, 22 de janeiro de 2016

Governo não pretende corrigir tabela do imposto de renda

Ministro Barbosa: Não há previsão para correção. Nosso compromisso é com ajuste fiscal

O ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, confirmou, em entrevista ao jornal O Globo, que o governo não pretende corrigir a tabela do Imposto de Renda neste ano. Segundo o ministro, “não há previsão no Orçamento para a correção da tabela do IR em 2016. Essa correção, por qualquer percentual, teria que ser compensada por uma elevação de receitas em outras áreas, o que eu não acho que seja adequado nesse momento. O nosso foco não é nessa medida nesse momento”, declarou Barbosa.

Faz 12 anos que o governo não deixa as faixas sobre as quais recaem as alíquotas sem alteração. Se a tabela não for corrigida, aqueles que hoje estão na primeira faixa, de ganhos abaixo de R\$ 1.903,98, ficam isentos do imposto. No entanto, a inflação oficial em 2015 ficou em 10,67%, logo, se esse trabalhador tiver o salário corrigido, seus vencimentos ultrapassarão o valor necessário para ser isento. Isso significa que os trabalhadores – que são a classe que mais sofre com o peso do imposto de renda – terão uma fatia ainda maior de seus rendimentos destinada ao pagamento do tributo, pois a partir do valor citado, será necessário pagar 7,5% de seu salário para o IR. Ou seja, sem receber aumento real nenhum, o



trabalhador terá um gasto extra, o que diminui diretamente o seu poder de compra.

Para o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), se fosse levada em conta toda a defasagem acumulada em razão da inflação, a faixa de isenção deveria se estender até a renda mensal de R\$ 3.250. Como se não bastasse, já no ano passado a correção da tabela ficou aquém da inflação. Em 2015, a diferença entre o IPCA e o fator de correção de incidência do IR (5,60% em média) provocou a maior defasagem dos últimos 10 anos, de 4,8%. Segundo um estudo do Sindifisco Nacional, em 20 anos, essa defasagem já somou 72,2%.

Agora, segundo projeção do vice-presidente do Sindifisco Nacional, Luiz Carlos Franca, “a correção depende da boa vontade do governo em editar uma Medida Provisória (MP) ou um projeto de lei. Nos últimos anos, havia uma MP que reajustava a tabela em 4,5%. Ocorre que, em 2016, não houve movimentação. (...) É preciso alertar a população sobre a necessidade de amenizar essa perda”, destaca.

No final das contas, quanto menor o rendimento, maior é o peso do tributo. Por que como está hoje, um trabalhador que recebe R\$ 5 mil mensais paga R\$ 505,64 de IR. Com a tabela corrigida pelo resíduo inflacionário dos últimos 20



anos, o valor seria de R\$ 146,61, uma diferença de 244,88%. Já um trabalhador que recebe R\$ 10 mil paga R\$ 1.880,64. Com a correção, deveria pagar R\$ 1.266,55, uma diferença menor: de 48,49%.

O presidente da Associação Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Vilson Romero, também denuncia os efeitos negativos da falta de correção. “Ocorre que a tendência é que o governo utilize a falta de reajuste da tabela como um instrumento de ajuste fiscal. Este objetivo é claro. Quer manter os níveis de arrecadação, mesmo que isso eleve a penalização sobre o contribuinte”, disse.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) chegou a informar nesta segunda-feira (18) que aguarda conclusão de um julgamento de ação pelo Supremo Tribunal Federal (STF), protocolada em março de 2014, que pede correção da tabela do Imposto de Renda das Pessoas Físicas pelo mesmo percentual da inflação. A entidade acredita que em breve terá um resultado.

“No Brasil, penaliza-se muito mais a renda e o salário do que o rendimento de capital. Quando a inflação volta a atingir de forma impiedosa o trabalhador, e a inflação é o pior dos tributos, o congelamento de uma tabela de imposto de renda gera um efeito nefasto sobre a economia do País”, finaliza Romero.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Dois meses depois, Dilma quer outra reforma da Previdência

A atividade industrial caiu mais de 10%. Os investimentos recuaram 25%. Qual a razão para acenar com uma pauta com uma relação custo/benefício tão alta?

Vamos tentar entender.

1. O governo Dilma tem uma montanha de problemas de curto prazo para administrar.

2. Que a Previdência exige reformas permanentes, não se discute. A melhoria na expectativa de vida da população, o fim do bônus demográfico com a redução do número de filhos por casal, tudo isso pressupõe um trabalho de atualização da idade mínima. A cada cinco anos, digamos, um governante terá que amansar o touro e elevar a idade mínima. FHC automatizou com o fator previdenciário, amarrado ao aumento da expectativa de vida do brasileiro, calculado pelo IBGE.

3. No dia 4 de novembro de 2015, a presidente Dilma Rousseff converteu em lei o texto da Medida Provisória 676/2015 que instituiu a fórmula 85/95 (a soma da idade tempo de contribuição respectivamente para mulher e homem). Nela se define em 65 anos a idade mínima de aposentadoria. Quem quiser se aposentar antes, se sujeita ao fator previdenciário, derrubando o valor da aposentadoria.

Esperava-se que Dilma já tivesse cumprido o ritual quinquenal e a Previdência voltasse a ser trabalhada em um próximo governo, com a popularidade garantida pelas novas eleições.

Mas, não.

Em café da manhã com jornalistas, a presidente – que já tem uma arca de pepinos para descascar - anuncia nova reforma da Previdência, alterando a idade mínima. Segundo o G1, a reforma foi anunciada como "medida urgente para sanear as contas públicas".

Não tem urgência nenhuma. Qualquer reforma agora só se refletirá nas contas fiscais daqui a vinte anos. E é uma reforma que, se for aprovada daqui a cinco anos, não implicará em perda fiscal nenhuma. Barbosa tenta de novo tornar automático o aumento da idade mínima, casado com a melhoria da expectativa de vida, para aliviar a vida do próximo presidente, não do atual.

É apresentado menos de dois meses depois da reforma defendida por Levy, que gerou tanto embate no Congresso e desgaste na opinião pública. E colide diretamente com os grupos de apoio à Dilma.

A atividade industrial caiu mais de 10 pontos percentuais em um ano. Os investimentos recuaram 25% em 2015. Não há sinais de recuperação da demanda em 2016.

Qual a razão do governo acenar com uma pauta com uma relação custo/benefício tão alta?

Fonte: Luis Nassif – Jornal GGN

O gato, a lebre e o capitalismo

A nova proposta do governo de alterar a idade mínima para aposentadoria deve ser enfrentada com um debate amplo, sob pena de se comprar gato por lebre.

José Carlos Peliano*



O capitalismo toma conta do mundo sob o guarda-chuva colorido e reluzente da globalização. Mesmo nos países onde ele ainda não é incipiente, as relações econômicas estabelecidas com os países centrais têm de ser realizadas desde a mesma orientação, cláusulas e condições. Caso contrário não há negócios ou transações.

Como um vírus ele, o capitalismo, e ela, a globalização, penetram o sistema econômico tal qual no sistema orgânico das pessoas. Por lá ele se expande, às vezes infecciona, outras provoca metástase, enquanto na maioria das vezes reside ali, procria, infesta, subjuga e domina o paciente.

Por certo que antes do capitalismo se estabelecer mundo afora, começando pela Inglaterra e vizinhos durante e após a Revolução Industrial, já havia o domínio das relações mercantis, sob o manto do mercantilismo, nos países conhecidos, e mais tarde naqueles ainda não descobertos, como o Brasil, ou colonizados como a África quase inteira.

O mercantilismo já era uma forma primária e pobre do capitalismo, mas já se valia da hegemonia das nações mais desenvolvidas para estabelecer os termos de seus contratos de negócios e transações. Assim, por certo, o capitalismo aprendeu a ler e escrever com o mercantilismo. Pós-graduou-se anos após.



Uma das facetas mais salientes e fantásticas do capitalismo é a de vender gato por lebre. Faz parte intrínseca de seu modo de funcionar, estabelecer espaços de cooptação, gerenciar tempos de funções e tarefas, bem como dominar o modo de pensar e viver das pessoas, famílias, empresas e países.

Vale-se do glamour do consumismo para embelezar vitrines, marketing em jornais, revistas, panfletos e sites, cujos produtos servem à beleza, ao fitness, a grifes de roupas e demais utensílios pessoais, aos melhores carros, imóveis, hotéis, excursões, entre outros.

O toque de beleza, sucesso, perfeição, eficiência e paraíso penetra fundo ao desejo, à aparência e à vontade de estar sempre na moda e na ordem do dia do prazer e da satisfação pessoal e social. Poucos os que resistem a tanta pressão diária, semanal, mensal e anual. Vira um comportamento natural, embora totalmente fabricado e artificial.

Lembro-me de meu primeiro carro, um Ford 1951, que um dia bateu contra o muro de minha casa. O muro foi seriamente danificado, enquanto o para-choque apresentou um leve arranhão.

A tecnologia da lataria atual, vendida como a mais completa, poderosa, o top da qualidade, não resiste a uma leve batida, quiçá um empurrão ou pressão mais forte. Pois é essa tecnologia automotiva que é vendida no mundo globalizado como a mais evoluída e segura de todos os tempos.

É essa característica do capitalismo que chama mais a atenção de seu furor de se expandir mais e mais e de dominar os mercados por todos os meios e fins possíveis. Ele doura a pílula para que os pacientes, sim, todos nós, comprem suas maravilhas de consumo, mesmo a preços muitas

vezes incompatíveis com os produtos e/ou inacessíveis aos bolsos.

De toda sorte, não há alternativa ou saída, ou compra-se ou não se compra. Não há outro fornecedor, nem diferenciado, pois todos os outros fazem parte da ordem e rede capitalista de produção.

Essa característica, a que o velho Marx deu o nome de fetiche da mercadoria, é a marca registrada do capitalismo, ao qual a globalização lhe serve bem como a vitrine mundial de seus produtos e serviços.

Um exemplo há tempos vendido pelos governos a nós contribuintes vale para destacar o fetiche. Nesse caso não de produto mas de ideias. Ou como vender gato por lebre por meio de iluminados economistas, incansáveis parlamentares cooptados e governos comprometidos ou acuados, às custas dos contribuintes, incautos cidadãos, pessoas comuns como todos nós.

Antes uma breve recordação. Franklin Delano Roosevelt conseguiu tirar os EUA da crise de 1929 com seu programa de recuperação da economia via investimentos em infraestrutura. O chamado “New Deal”. A partir daí o “Welfare State”, o Estado do Bem Estar Social, toma forma e é adotado pelos demais países europeus.

Após a 2ª Guerra Mundial, em julho de 1944, 45 países aliados assinaram o Acordo de Bretton Woods onde estabelecem um sistema para gerenciar as relações comerciais e financeiras internacionais dos países então mais industrializados.

Se o New Deal serviu para mostrar ao mundo como enfrentar uma crise através de programas direcionados de investimentos, readmitindo empregados, Bretton Woods serviu



para estabelecer o poder do dinheiro através da equiparação de moedas nas relações de comércio e de capitais.

O mundo de hoje esqueceu o New Deal e Bretton Woods. Neste, não é mais o padrão-ouro que vigora, mas o padrão dólar. New Deal nem pensar. Diria minha avó que é Deus no céu e o dinheiro na terra.

Os iluminados economistas austeros, seguidores das ideias de Margareth Thatcher e Ronald Reagan, nos vendem gato por lebre ao defenderem enxugar o setor público e os salários para sobrar dinheiro para projetos que eles acham mais importantes e para pagar os títulos públicos comprados pelos bancos. Além de sempre salvá-los quando entram em bancarrota por infrações e maus negócios realizados.

Mas vamos ao exemplo. Denise Gentil, professora e pesquisadora do Instituto de Economia da UFRJ, mostrou o gato vendido por lebre em sua tese de doutorado sobre a previdência social há dez anos atrás. Arguiu que a alardeada crise da previdência era, de fato, uma falsa crise.

O que estava por trás da falsidade: Thatcher e Reagan trouxeram à cena a substituição do estado do bem estar social, onde o desenvolvimento econômico e a distribuição de renda eram seus pilares, pelo livre mercado onde as transações econômicas são soberanas e os direitos individuais sobrepujam aos coletivos. Enquanto aqui o estado é mínimo, lá o estado era interventor.

Deste modo, em geral, a seguridade social passa de universal e solidária, baseada em princípios de redistribuição, para ser individualizada, onde cada contribuinte tem seus recolhimentos capitalizados via fundos de

previdência. Aqui instituições empresam os recolhimentos, enquanto lá o estado é quem administrava o fundo social.

O principal argumento usado para a substituição foi de que os custos do sistema universal da previdência causava custos crescentes pelo envelhecimento da população. Reduziu-se a razão socioeconômica dos custos crescentes à uma questão demográfica. Com isso, não há alternativa a não ser corte de direitos, redução de benefícios e aumento de impostos.

Essa justificativa persiste ainda em vigor sustentando as sucessivas revisões previdenciárias. E pior, prova a pesquisadora que não há déficit na previdência, mas sim superávit. Além de nos vender gato por lebre, fazem as contas do jeito que os justifique.

As contas não seguem a Constituição de 1988 (artigo 195). Elas levam em conta apenas a receita de contribuição do INSS que incide sobre a folha de pagamentos. Assim, surge o déficit.

Quando, porém, se somam as demais fontes de receita da previdência, COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e a receita de concursos e prognósticos, o superávit aparece. Isto vem acontecendo desde a mudança do regime de repartição para o de capitalização. Os recursos da COFINS, CSLL e prognósticos são usados para outros fins via DRU (Desvinculação de Receitas Tributárias).

A nova proposta do governo de alterar a idade mínima para aposentadoria deve ser enfrentada com um debate amplo e aberto sobre as contas da previdência e seguridade social sob pena de se comprar mais uma vez gato por lebre.

*colaborador da Carta Maior



Os 62 indivíduos mais ricos possuem tanto quanto a metade mais pobre da população

Na verdade, a riqueza da metade mais pobre caiu em um trilhão de dólares desde 2010, enquanto a riqueza das 62 pessoas mais ricas aumentou em 44%.

É oficial. 1% dos detentores da riqueza mundial possuem agora mais do que o restante do mundo combinado, confirmou o novo relatório divulgado na segunda-feira.

"A crise da desigualdade global está atingindo novos extremos", declarou a Oxfam Internacional no An Economy for the 1% [Uma Economia para o 1%], constatando que o fosso entre os mais ricos e os mais pobres ampliou-se de forma tão dramática nos últimos 12 meses que os 62 indivíduos mais ricos do mundo agora possuem tanto quanto a metade mais pobre da população mundial, cerca de 3,6 bilhões de pessoas.

Na verdade, a riqueza da metade mais pobre caiu em um trilhão de dólares desde 2010, enquanto a riqueza das 62 pessoas mais ricas

aumentou em 44%, isto é, para o total de \$1,76 trilhões.

"É simplesmente inaceitável que a metade mais pobre da população mundial possua menos do que algumas dezenas de pessoas super-ricas que poderiam caber em um ônibus", disse Winnie Byanyima, diretora-executivo da Oxfam International.

O relatório foi divulgado apenas alguns dias antes da abertura da reunião anual do Fórum Econômico Mundial, que será realizada entre 20 e 23 janeiro em Davos, na Suíça. Na conferência, a Oxfam pretende reiterar o seu apelo por uma ação urgente quanto a crise da desigualdade. Especificamente, o grupo pede pelo fim da era dos paraísos fiscais.

"Em vez de se distribuir, a renda e a riqueza estão sendo sugadas para cima em um ritmo alarmante", afirma o relatório. "A tendência é um sistema cada vez mais elaborado de paraísos fiscais e uma indústria de gestores de riqueza que garantam essa concentração, longe do alcance dos cidadãos comuns e de seus governos. Uma estimativa recente é de que \$7,6 trilhões em riqueza privada atualmente são mantidos offshore, mais do que a produto interno bruto (PIB) combinado do Reino Unido e da Alemanha".

Este sistema, diz a Oxfam, permite que indivíduos e empresas ricas possam evitar pagar as suas obrigações tributárias para a sociedade, negando aos governos os recursos necessários para combater a pobreza e a desigualdade.

Por exemplo, o relatório constatou que quase um terço de toda a riqueza financeira africana - ou seja, \$500 bilhões - é mantido offshore, privando os governos de cerca de \$14 bilhões em receitas fiscais, perdidas a cada ano.



"Este dinheiro é suficiente para pagar por cuidados de saúde que poderiam salvar a vida de 4 milhões de crianças e empregar um número de professores suficiente para colocar todas as crianças da África na escola", afirma o relatório.

O relatório observa ainda que as mulheres são desproporcionalmente prejudicadas por essa crescente disparidade de riqueza.

"As mulheres constituem a maioria dos trabalhadores com baixos salários do mundo e estão concentradas nos postos de trabalho mais precarizados", afirma o relatório. E um agravante da desigualdade global é o fato de que esses trabalhadores, com salários baixos em quase todos os países desenvolvidos e em desenvolvimento, estão recebendo uma porção decrescente da renda nacional, enquanto os lucros são cada vez mais concentrados nas mãos dos que estão no topo.

"Os CEOs das principais empresas norte-americanas tiveram um aumento salarial em cerca de 54% desde 2009, enquanto os salários das pessoas comuns quase não mudaram em nada".

"O mundo se tornou um lugar muito mais desigual e essa tendência está se acelerando", disse Byanyima. "Não podemos continuar a permitir que centenas de milhões de pessoas passem fome enquanto os recursos que poderiam ser usados para ajudá-las são sugados por aqueles no topo".

Ela acrescentou: "Os mais ricos não conseguem esconder sua riqueza do restante de nós - a sua riqueza extrema de fato mostra uma economia global em crise. A recente explosão na riqueza dos super-ricos veio às custas da maioria de nós e, particularmente, das pessoas mais pobres".

Fonte: Carta Maior

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)